

DESEMPREGO E FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: (IN)ALTERAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS NAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

Beatriz da Cruz Gonçalves

Licenciada em Sociologia na Universidade do Minho.

Mestrando em Sociologia na Universidade do Minho.

beatriz.cruz.goncalves@gmail.com

Este artigo tem como objetivo central analisar as mutações no mercado de trabalho e (des)emprego, aliadas à atual conjuntura económica portuguesa, focando as (in)alterações e consequências nas relações intergeracionais, mais precisamente entre pais e filhos. Recorrendo à metodologia qualitativa e ao método hipotético-dedutivo, constatei, através de entrevistas individuais semiestruturadas, que os jovens portugueses vão “levando a vida em casa dos pais” sem conseguirem transitar para o que designam de “pacote familiar”- realização de um casamento, conceção de filhos, compra de casa e carro.

Palavras- chave: Desemprego. Precariedade laboral. Relações intergeracionais.

1. INTRODUÇÃO

O estudo das jovens gerações tem sido objeto de análise da sociologia portuguesa desde que esta se constituiu como disciplina académica. Nas décadas mais recentes, sobretudo na última, assistiu-se a um crescente interesse pela problemática da juventude e as investigações proliferaram sobre as mais diversas temáticas a que os jovens possam estar associados – identidades e culturas, valores e representações juvenis, trajetos escolares e sociais (Pais, 1996).

Numa época de fortes mudanças, em que o decréscimo da fecundidade e o crescimento da longevidade estão a gerar o envelhecimento acentuado da população, a centralidade das pesquisas sobre as gerações mais novas indicia a importância que a sociedade lhes atribui. Tal sensibilidade explicará, pelo menos em parte, a tendência atual para ver essas gerações como problema ou com problemas (Roche e Tucker, 1997). O conceito sociológico de juventude, aliás, procura dar conta dos novos contornos, porventura contraditórios, que ela tende a assumir, em termos de dependência e autonomia. Ao reconhecer-se a esta categoria social uma extensão progressivamente maior, tanto num como noutra dos limites da respetiva faixa etária, concede-se maturidade em idades mais precoces, por um lado, enquanto se prolonga cada vez até mais tarde a idade de assumir responsabilidades e de adquirir independência, pelo menos no plano material. A juventude,

categoria emergente na primeira metade do século XX, surge agora como decomponível em várias fases e dimensões, através das quais se transita para a vida adulta (Cavalli, 1995).

Abordo, em particular, as modalidades de entrada dos jovens no mercado de trabalho que, desde a década de 70 em diante, são efetuadas sob o signo do risco e incerteza, o que exige que cada indivíduo faça escolhas e tome decisões num contexto em que as relações de parentesco e amizade dos indivíduos já não são a salvaguarda para uma inserção estável no mercado de trabalho.

Esta individualização do trabalhador até pode trazer novas liberdades para os indivíduos desempenharem os seus papéis, mas pode simultaneamente limitar as oportunidades e levar à sua marginalização e exclusão do mercado de trabalho. De acordo com Beck (2000:70) “os riscos são transferidos do Estado e da economia para os ombros dos indivíduos”, sublinhando assim uma “nova precariedade do trabalho”. No relato de Beck, há uma disjunção clara dentro da própria modernidade entre duas fases, nomeadamente o passado “coletivizado” e o presente “individualizado”. A primeira fase, descrita como um “regime fordista”, introduziu a padronização, a produção em massa e o pleno emprego. A certeza e a segurança definem a vida no regime fordista, onde as famílias e comunidades foram as responsáveis pela interpretação de “oportunidades, perigos e incertezas biográficas” (ibidem). O regime de risco da segunda fase da modernidade, no entanto, “exclui firmemente qualquer eventual recuperação das antigas certezas do trabalho padronizado e histórias de vida padrão” (ibidem). Além disso, o dever de interpretar “oportunidades, perigos e incertezas biográficas” mudou da esfera da família e comunidade para o indivíduo que, por necessidade, desenvolve um sentido de risco e responsabilidade.

Não obstante, a família reveste-se de uma grande importância para os jovens portugueses, tal como as diversas investigações sociológicas têm revelado, nomeadamente Guerreiro e Abrantes (2007) e Almeida(1990); Almeida *et al.* (2000), contrariando as teses que advogavam a progressiva “desintegração da família” como traço da modernidade. Num contexto de risco, o apoio fundamental dos pais às transições para a vida adulta parece mesmo dar origem a novas solidariedades e dependências. Corrobora-se a prevalência do “primado da família”, ou seja, a prevalência da ideia de que a família constitui a principal referência para a projeção das vivências e identidades dos indivíduos.

Penso que apenas a comparação entre diferentes gerações (pais e filhos), permite uma avaliação pertinente da evolução desta temática. Assim, esta investigação de cariz qualitativo, baseada em entrevistas individuais semiestruturadas com gerações de pais e filhos, permitiu-me analisar a evidência empírica destes fatores, através da possível identificação da disjunção entre um passado coletivizado e um presente individualizado nas narrativas biográficas, de pais e filhos, sobre as suas entradas e participações no mercado de trabalho. Posto isto, como enquadramento teórico apresentarei uma caracterização do estado atual da economia portuguesa, de seguida uma abordagem sobre os projetos de vida sob o signo do risco e incerteza e as suas implicações no “caráter” dos indivíduos e uma análise sobre as formas e sentidos da flexibilidade. A nota metodológica consiste, resumidamente, na apresentação do perfil dos entrevistados e na análise tipológica das entrevistas. Por último, serão explanadas as principais conclusões obtidas após esta investigação.

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO ATUAL DA ECONOMIA PORTUGUESA

Na era da globalização os problemas económicos, financeiros, políticos, sociais e laborais de um país adquirem carácter transnacional. A crise económica de 2008-2009 colocou em risco a economia mundial levando vários países a entrar em recessão. A Grécia e a Irlanda, respetivamente em Abril e Novembro de 2010, pediram ajuda externa ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A 6 de Abril de 2011 foi a vez de Portugal solicitar auxílio a este mesmo organismo. A *Troika*, uma equipa constituída por representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu e Comissão Europeia, dirigiu-se a Portugal para analisar detalhadamente o estado das contas nacionais. No dia 3 de Maio de 2011 foi apresentado aos portugueses o “Memorando da *Troika*” que incluía um vasto número de medidas de austeridade, tais como: cortes salariais na função pública, aumento de impostos (IVA, imposto automóvel), privatização de empresas públicas, congelamento das pensões mais baixas, aumento das taxas moderadoras do SNS (Serviço Nacional de Saúde), cortes nas deduções do IRS (Imposto sobre Rendimentos Singulares), despedimentos laborais facilitados, redução do valor e do período do tempo do subsídio de desemprego, entre outros. Estas medidas impostas pela *Troika* e aprovadas pelos partidos do arco do governo PSD, CDS/PP e PS afetam todos os portugueses.

Uma dessas manifestações de afetação é o aumento significativo da taxa de desemprego, atingindo, todavia com valores diferenciados, ambos os géneros, de todas as faixas etárias, de vários graus de escolaridade e estratos sociais. A par do desemprego, a precarização laboral é uma realidade existente em Portugal. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística) os valores do emprego precário, se somarmos os contratos a termo, os recibos verdes, o trabalho temporário e trabalho a tempo parcial aproximam-se já dos 30% do emprego total. As novas modalidades contratuais incluem ainda os regimes de subcontratação de serviços, denominado de *outsourcing*. Esta instabilidade vem acompanhada de salários, comprometendo o futuro, o que leva os cidadãos portugueses a reivindicarem nas ruas por melhores direitos e condições laborais.

A Internet, nomeadamente as redes sociais *Facebook* e *Twitter*, são o meio utilizado para incentivar os portugueses a manifestarem-se nas várias cidades, não apenas na capital. Vem várias gerações de indivíduos, com cartazes e megafones, mostrarem a sua revolta. A 12 de Março de 2011 este enorme grupo de precários, que se autointitula “Geração à Rasca” demonstrou a sua indignação. Nesta manifestação participaram os Movimentos *Fartos d’Estes Recibos Verdes* e *Precários Inflexíveis*, que já antes desta manifestação vinham revelando o seu descontentamento perante a sua situação profissional. A 15 de Novembro de 2012 o Movimento “Que se lixe a *Troika*” levou a cabo uma expressiva manifestação que culminou em atos de violência física entre a polícia e os manifestantes. A 2 de Março de 2013 esse mesmo Movimento organizou outra manifestação e prometeram a realização de mais manifestações, ainda no decorrer deste ano civil. No mês de Setembro a *Troika* regressará a Portugal para a oitava e nona avaliações ao país e, nos diversos órgãos de comunicação social, é abordada a possível necessidade de um segundo regaste, isto é, de um segundo programa de ajuda financeira, o que certamente implicará o emprego de mais medidas de austeridade¹.

3. PROJETOS DE VIDA SOB O SIGNO DO RISCO E INCERTEZA: IMPLICAÇÕES NO “CARÁTER” DOS INDIVÍDUOS

O propósito do presente ponto prende-se com a reflexão sobre os riscos e incertezas nos projetos de vida e as consequências da modernidade reflexiva para os

¹ A informação que consta neste ponto foi extraída de notícias veiculadas nos diversos órgãos de comunicação social portugueses, nomeadamente os canais de televisão RTP, SIC E TVI, os Jornais de Notícias e Público e as estações de rádio TSF e Antena 3, no decorrer do ano civil de 2012 e 2013.

indivíduos. Para tal, irei considerar os contributos sociológicos de Anthony Giddens, Scott Lasch e Ulrich Beck acerca desta temática.

Na obra *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna* (1995) encontram-se os posicionamentos teóricos de Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lasch, cujo ponto de convergência na tese destes três autores reside no seguinte: quanto mais modernizadas são as sociedades, mais os agentes (sujeitos) adquirem a capacidade de refletir sobre as condições sociais da sua existência e de as mudar dessa maneira. Para uma melhor compreensão desta premissa, importa referir que a perspectiva de Beck (1995) sobre o conceito de modernização reflexiva comporta dois momentos: a reflexividade da incerteza e o momento cosmopolita. A caracterização da reflexividade da incerteza não se dá pelo surgimento de novos perigos e incertezas, mas pelo facto de os perigos gerados na primeira fase, modernização simples, não poderem mais ser controlados e serem percebidos como incertezas fabricadas, criando uma sensação de insegurança estrutural. Na modernização reflexiva a indeterminação dos riscos configura-se como fundamento da organização social, o que exige um novo conceito de sociedade e novos conceitos para as ciências sociais, para que estas possam ser capazes de “ler” a realidade.

Entre os designados por Beck (2001) “riscos de graves consequências” encontram-se os riscos económicos. Estes devem-se à fragilidade dos mercados financeiros internacionais que acabaram por sucumbir ao *crash* das bolsas, afetando profundamente inúmeras economias nacionais. Em suma, este conjunto de riscos configuraria uma nova forma de capitalismo, fundamentado numa nova ordem global que, por sua vez, definiria a formação de uma nova forma de vida pessoal, isto é, uma nova sociedade - a sociedade global do risco.

O segundo momento enunciado por Beck - cosmopolita- enfatiza precisamente esta globalização dos riscos. Estes dois momentos levam a uma mudança de sociedade no século XXI, com as seguintes características: as encenações, as experiências e os conflitos dos riscos globais alteram a base de ação e da existência coletiva em todos os campos, nacional e internacionalmente; os riscos globais abrem questões sobre como integrar o futuro no presente e como transformar as instituições de modo a conseguirem tratar deste tema; há também uma mudança cultural geral: outra conceção do indivíduo, do “nós” e dos “outros” e de racionalidade; os riscos tornam-se causa e meio de mudança social, são o

conceito básico sociológico para classificar, interpretar e organizar a vida social na contemporaneidade.

As obras de Beck (2000; 2001) e Giddens (1991;2001) embora tenham em comum a mesma penetração analítica - nos anos 90 estudavam as transformações da modernidade do ponto de vista da intimidade e autoidentidade e, atualmente, ambos viraram a atenção para as metamorfoses institucionais e políticas - diferem quanto ao enfoque teórico.

Beck estabelece como diferença entre si e Giddens - incluindo-se também Lasch - o facto de a sua perspetiva de modernização reflexiva ter como principal fundamento as figuras do desconhecimento e dos efeitos colaterais, enquanto a modernidade reflexiva para Giddens e Lasch tem como meio o conhecimento. A perspetiva de Beck une à reflexão (*Reflexion*), presente na teoria de Giddens e Lasch, a ideia de reflexo (*Reflex*), no sentido de repercussão não planeada. O conceito de reflexão está relacionado com o conhecimento e reflexo está interligado com o desconhecimento. Isto traduz perspetivas diferentes mas que, em certa medida, são complementares. Pode associar-se à reflexão a imagem de “ver com um olho adicionado”. Partindo do pressuposto que vivemos numa era de efeitos secundários (reflexo), se à capacidade de ver com o “olho” da reflexão adicionarmos a capacidade de ver com o “olho” do reflexo poderemos descodificar e configurar, em termos teóricos e metodológicos, a vida quotidiana, algo que não é possível se visualizarmos a realidade apenas através de um “olho”.

O pensamento de Bauman encontra-se na mesma linha dos argumentos apresentados por Beck e por Giddens. Segundo Bauman (2002) na sociedade atual, dadas as especificidades do mercado laboral, a política de gestão de vida torna-se cada vez mais “líquida” e fluída. O mundo envolvente é visto como múltiplo, complexo e de rápida mudança, por conseguinte, ambíguo e incerto. A organização empresarial dos nossos dias tem em si deliberadamente construído um elemento de desorganização: quanto menos sólida e mais fluída melhor. O *savoir-faire* tem sido gradualmente substituído pelo *savoir-être*. Na perspetiva das organizações empresariais o saber-fazer (conhecimentos, habilitações, capacidades) envelhecem rapidamente. E assim se justifica a recusa em aceitar-se o conhecimento instituído, a relutância em considerar os precedentes e em reconhecer a sabedoria da experiência acumulada. A passagem do *savoir-faire* para o *savoir-être* significa “ frisar a polivalência, a flexibilidade do emprego, a capacidade de

aprendizagem e a adaptação a novas funções, ao invés da posse de habilitações e de qualificações adquiridas” (Bauman, 2002:55).

Na senda de Beck, Giddens e Bauman encontra-se Richard Sennet (1999). Para o autor, o novo capitalismo afeta o carácter pessoal dos indivíduos, principalmente porque não oferece condições para a construção de uma narrativa linear de vida, sustentada na experiência. Ele demonstra como o trabalhador fordista apesar de ter o seu trabalho burocratizado e rotinizado, consegue construir uma história cumulativa baseada no uso disciplinado do tempo com expectativas a longo prazo. Já para o trabalhador flexibilizado, as relações de trabalho, os laços de afinidade com os outros não se processam no longo prazo, em virtude de uma dinâmica de incertezas e de mudanças constantes de emprego e de moradia que impossibilitam os indivíduos de conhecer os vizinhos, fazer amigos e manter laços com a própria família².

4. FORMAS E SENTIDOS DA FLEXIBILIDADE

O mundo atual faz com que as mudanças ocorram com alguma frequência, e esse aspeto tem feito com que a flexibilidade profissional seja uma das competências fundamentais para a integração no mercado de trabalho. Dão-se vários sentidos à flexibilidade: por um lado, é necessária à competitividade, ao crescimento económico e ao emprego, por outro surgem questões relativas à insegurança no emprego como consequência das alterações associadas à flexibilidade.

Segundo Kóvacs (2004: 32) nos últimos anos surgiram modalidades de emprego que se distanciam do modelo de emprego inserido na relação salarial do pós-guerra. Este último compreende um contrato com duração indeterminada, horário de trabalho completo e regulado por contratação coletiva, um determinado local de trabalho e a possibilidade de progressão numa carreira profissional e ainda uma conceção hierárquica e coletiva de relações de trabalho. É habitual denominar as formas de trabalho recentes (trabalho temporário, autoemprego, trabalho a tempo parcial, trabalho ao domicílio, teletrabalho, etc.) como atípicas relativamente ao padrão normal de emprego típico dos “trinta gloriosos”. Todavia, a utilização do termo atípico é duvidosa, dado que as formas

² Em termos metodológicos, Sennet (1999) organiza a sua narrativa em torno das histórias de vida de Enrico (trabalhador fordista) e Rico- filho de Enrico- e trabalhador flexibilizado.

emergentes de emprego, sobretudo nos atuais recrutamentos passaram a ser cada vez mais “típicas”. Embora estas formas particulares de emprego sejam ainda minoritárias se as compararmos com o chamado emprego “normal” com contrato de duração indeterminada, contudo, atualmente, elas constituem uma via de acesso normal para a integração no mercado de trabalho.

Há autores que utilizam o termo “novas formas de trabalho” ou “novas formas de emprego”. Deste modo pretendem demarcar as formas emergentes de emprego das formas tradicionais ou obsoletas. Para Kóvacs (2004: 33) a denominação “novas formas” não é a mais correta, pois muitas dessas formas não são novas, mas antes significam um retorno a formas bem antigas de trabalho remunerado, tais como o trabalho ao domicílio, o trabalho temporário, o trabalho independente ou a tempo parcial. Assim sendo, o adjetivo “flexível” passa a ser o mais pertinente para designar as atuais formas de emprego.

Segundo Rebelo (2002:73), os modelos de trabalho e emprego que até então eram dominantes entraram em crise. Esta manifesta-se na redução do trabalho estável e a tempo integral a favor de uma variedade de formas de trabalho cuja característica comum é a flexibilidade em termos contratuais, de tempo de trabalho, de espaço e de estatutos. Numa economia global, cuja predominância assenta na lógica financeira e na rentabilização a curto prazo, existe uma pressão para a máxima flexibilização do fator de trabalho. Os empregadores pretendem uma força de trabalho que responda rapidamente, com facilidade e a baixo custo, aos requisitos e às variações do mercado. “A empresa idealizada é a empresa magra ou a “empresa flexível” que, de acordo com estratégias diferenciadas, combina diferentes regimes de emprego dentro de si mesma, com vista a obter tanto flexibilidade funcional como flexibilidade quantitativa” (Kóvacs, 2004: 34).

A difusão de formas de emprego flexíveis pode implicar um forte crescimento de uma força de trabalho fluída, que pode ser contratada, despedida, externalizada, de acordo com as necessidades de adaptação ao mercado por parte das empresas. Por conseguinte, uma grande parte das formas flexíveis de emprego é precária. A precariedade laboral refere-se ao trabalho mal pago, pouco reconhecido e que provoca um sentimento de inutilidade. Refere-se também à instabilidade no trabalho, à ameaça de desemprego, à restrição dos direitos sociais e também à falta de expectativas de progressão na carreira. A proliferação das formas precárias está ligada à procura da flexibilização quantitativa e à redução de custos do trabalho, através do recurso a vínculos contratuais instáveis e através da substituição de contratos de trabalho por contratos de prestação de serviços.

Há uma grande diversidade de concepções sobre as formas flexíveis de emprego. Para alguns autores estas significam um afastamento da sociedade centrada no trabalho assalariado, que se caracterizava pela estabilidade e previsibilidade dos percursos laborais. Na perspetiva crítica de autores como Castillo, Castel e Gorz (in Kóvacs, 2004: 35) estas formas de emprego são sinais de um retrocesso social e trazem consequências negativas do ponto de vista da coesão social. Para Kóvacs (2004: 36) as formas flexíveis de emprego são ambíguas, tanto implicam riscos, como oportunidades; tanto podem trazer vantagens como desvantagens para os indivíduos nelas envolvidos e para a sociedade em geral.

5. NOTA METODOLÓGICA

Ao longo do enquadramento teórico foi possível delimitar a problemática ao estudo do desemprego e das mutações no mercado de trabalho, focando as (in)alterações e consequências nas relações intergeracionais, mais pormenorizadamente entre pais e filhos. A metodologia de cariz qualitativo apresentou-se como a mais adequada para estudar este fenómeno complexo e multifacetado, bem como o método hipotético-dedutivo. Assim sendo formulei um conjunto de hipóteses, fundamentado na revisão da literatura sociológica, que mais tarde foi sujeito a verificação através da aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Após esta reflexão considero pertinente explanar as hipóteses de investigação que surgiram:

H1: As desigualdades geracionais existentes no acesso, permanência e qualidade do emprego poderão desencadear reações hostis por parte dos trabalhadores mais jovens.

H2: Os progenitores auxiliam os seus dependentes em termos financeiros e laborais, mas estas situações poderão gerar um efeito de “cobrança” por parte dos pais.

H3: Os jovens portugueses poderão não ter oportunidade de continuar o processo de mobilidade ascendente iniciado pela sua família de pertença.

Para esta investigação foram concebidos dois tipos de guião (um para os jovens e outro para os pais). O guião destas entrevistas semiestruturadas foi composto através dos seguintes tópicos: situação profissional, rendimentos, gastos e despesas, educação, formação académica e profissional, influência do percurso profissional no presente e futuro, representações e expectativas e, por último, a caracterização sociográfica dos entrevistados.

Defini como população-alvo do estudo os jovens licenciados entre os 24 e os 34 anos, do sexo masculino e feminino, residentes no distrito de Braga, que estivessem desempregados ou em situação laboral precária (contrato com termo, trabalho temporário, a tempo parcial prestação de serviços). A sua família de pertença, mais particularmente o pai e a mãe também fizeram parte da população-alvo, sendo igualmente entrevistados.

Porém, apesar de ter definido a população-alvo não é possível ter em conta todos os seus elementos, porque os custos financeiros seriam elevados e levaria imenso tempo a observá-los na sua totalidade. Sendo assim, procedi à seleção de parte dos elementos da população, de forma a que estes representem a população em causa, socorrendo-me da minha rede de sociabilidades. Os indivíduos foram selecionados conforme a sua diversidade de características, de modo a conseguir alcançar um nível aproximado de saturação da informação.

5.1. Perfil dos Entrevistados

Considerando o meu trabalho de campo e os esforços no sentido de aceder a jovens e respetivas famílias, foi possível realizar oito entrevistas, quatro a jovens e as restantes quatro ao seu pai ou mãe.

Os jovens entrevistados, um do sexo masculino e três do sexo feminino, têm entre 24 e 31 anos de idade e são licenciados em áreas diversas: Engenharia Biomédica, Ciências da Comunicação, Fisioterapia e Radiologia. O jovem do sexo masculino encontra-se desempregado, as restantes jovens encontram-se a desempenhar atividades profissionais como fisioterapeuta, assistente de loja e operadora de *telemarketing* com um vínculo contratual precário, nomeadamente contrato de trabalho a termo certo, contrato a tempo parcial e contrato de prestação de serviços.

Quanto aos progenitores, três são do sexo masculino e um é do sexo feminino, têm entre 48 e 58 anos e detêm qualificações ao nível do ensino básico e secundário. Todos se encontram numa condição ativa perante o trabalho, desempenhando atividades profissionais como secretária administrativa, construtor civil, madeireiro e cabo da guarda nacional republicana (GNR). Dois entrevistados trabalham por conta própria e outros dois possuem um contrato sem termo.

5.2. Análise tipológica dos jovens e pais entrevistados

A análise tipológica resultante das entrevistas efetuadas é uma proposta de carácter exploratório, passível de verificação, que resultou do esforço de agregar jovens e pais em “ideais-tipo”. Para os quatro jovens entrevistados encontrei três tipos característicos: o jovem 1 é um “jovem estacionário”, a jovem 2 é uma “jovem centrada”, as jovens 3 e 4 são “pró-ativas”. Para os quatro progenitores entrevistados encontrei igualmente três tipos característicos: o pai 1 é um “pai reconstrutivo”, os pais 2 e 4 são “pais recíprocos” e a mãe 3 é uma “mãe motivadora”. Apesar das designações serem diferenciadas a tipologia de pais e filhos está interrelacionada.

Importa começar por referir que o jovem 1 “estacionário” foi assim tipificado, porque apesar de não se encontrar satisfeito com a atividade profissional que desempenha na época de verão (empregado de mesa) pouco faz para a alterar a sua situação. O seu pai “reconstrutivo” está constantemente a reconstruir o filho, quer a nível pessoal quer a nível profissional. O pai procura emprego para o filho na área da formação académica deste com mais frequência que o próprio. Foi através do pai que o jovem encontrou o trabalho sazonal no setor da hotelaria e restauração. Para a jovem 2 - intitulada de “centrada”- os pais adquirem uma grande centralidade na sua vida, muito em parte devido à sua concordância. Os pais influenciaram a escolha do local onde trabalha, onde estudou e onde viverá. O seu pai “recíproco” responde aos apelos da filha e concorda com as suas atitudes e representações face ao trabalho.

As duas últimas jovens possuem o mesmo tipo designado “pró-ativa”, porém atribui aos seus pais dois tipos diferenciados “mãe motivadora” e “pai recíproco”. Primeiramente importa referir que as jovens receberam esta designação porque trabalham numa área diferente da sua formação, já participaram numa manifestação, pretendem casar, ter filhos, sair da casa dos pais. A jovem 3 até coloca a possibilidade de emigrar. A mãe 3 é considerada “motivadora” já que incentivou a filha a inscrever-se no Ensino Superior, a procurar emprego numa área diferente da sua licenciatura, etc. O pai 4 é “recíproco” uma vez que a filha gosta de ser independente nas suas escolhas e o pai respeita mutuamente essas decisões. Assim sendo, não influenciou a escolha da Licenciatura nem do Mestrado, nem da atual nem da anterior profissão da filha.

Apesar dos pais 2 e 4 receberem a mesma designação “recíproco”, esta reciprocidade manifesta-se de fora díspar. Enquanto o pai 2 influencia as tomadas de decisão da filha, com a devida concordância desta, o pai 4 não influencia as tomadas de decisão da filha, para agrado desta que prefere ser autónoma nas suas escolhas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve como principal pretensão aprofundar o conhecimento sobre as perceções intergeracionais do desemprego, particularmente em relação às mutações e às diversas estratégias de inserção no mercado de trabalho.

Após o teste das hipóteses, explanadas no decorrer da nota metodológica, pude concluir que a primeira hipótese “as desigualdades geracionais existentes no acesso, permanência e qualidade do emprego poderão desencadear reações hostis por parte dos trabalhadores mais jovens” não foi corroborada pelos entrevistados. Os indivíduos entrevistados relataram experiências e exemplos de desigualdades geracionais no emprego, mas não constataram que os jovens reagissem de forma hostil às mesmas. Pelo contrário, os entrevistados consideraram que este fator desencadeia uma solidariedade informal entre as duas gerações. A segunda hipótese “os jovens portugueses podem não ter oportunidade de continuar o processo de mobilidade ascendente iniciado pela sua família de pertença” foi validada pelos testemunhos recolhidos dos entrevistados. A terceira, e última, hipótese “os progenitores auxiliam os seus descendentes em termos financeiros e laborais, mas estas situações poderão gerar um efeito de cobrança por parte dos pais” não foi, considerando os resultados, confirmada pelos entrevistados.

Numa consideração geral posso reiterar que perante novas condições socioeconómicas, os antigos sistemas de referência que regulavam as formas de transição para uma vida independente entre as gerações mais velhas manifestam-se relativamente desajustados das novas condições de vida, dos novos modos de entrada na vida ativa. Essas descontinuidades intergeracionais nas formas de transição para uma vida independente manifestam-se, por exemplo, na tendência verificada, entre alguns jovens, de permanecerem em casa dos pais depois de já terem abandonado a escola e antes de terem conseguido um emprego estável. Utilizando as palavras dos próprios entrevistados os “jovens portugueses de hoje vão levando a vida em casa dos pais”, sem conseguirem transitar para o que denominam de “pacote familiar”- realização do casamento, conceção de filhos, compra de casa e carro.

Nestes cenários de mudança associados à emergência de novos modos de vida mais flexíveis, não se deve cair na falácia de considerar os jovens como um grupo homogéneo, pois, na realidade, os processos de transição para uma vida independente são

cada vez mais diversificados e complexos, como cada vez mais diferenciadas parecem ser as reações e atitudes dos jovens em relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego.

Esta investigação, com conteúdo exploratório, será desenvolvida na minha Tese de Mestrado, onde introduzirei o papel da socialização de género familiar, escolar e profissional na moldagem das perceções intergeracionais dos riscos e incertezas laborais. Irei, igualmente, formular mais hipóteses a serem testadas e, além de entrevistas individuais, realizarei entrevistas de *focus group*.

UNEMPLOYMENT AND LABOR MARKET FLEXIBILITY: CHANGES IN INTERGENERATIONAL RELATIONSHIPS AND CONSEQUENCES

ABSTRACT :This article aims at examining the changes in the labor market and (un) employment, coupled with the current economic climate Portuguese, focusing on the changes and consequences in intergenerational relationships, specifically between parents and children. Using the qualitative methodology and the hypothetical-deductive method, realized through semi-structured interviews, the young Portuguese will "taking life at home parent" without being able to move to what they refer to as the "family pack" - achieving a marriage, conception of children, buying a house and car.

KEYWORDS: Unemployment. Job insecurity. Intergenerational relationships.

REFERÊNCIAS

Almeida, João Ferreira de (1990). *Valores e Representações Sociais* (Portugal: Os Próximos 20 Anos, vol. VIII). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Almeida, João Ferreira *et al.* (2000). *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, relatório de projeto. Lisboa: CIES/ISCTE.

Bauman, Zygmunt (2002). *A Sociedade Sítid.* Lisboa: Instituto Piaget.

Beck, Ulrich *et al.* (1995). *Modernização reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna.* Oeiras: Celta Editora.

Beck, Ulrich (2000). *The Brave New World of Work.* Cambridge: Polity.

Beck, Ulrich (2001), *La Societé du Risque- sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Editions Flammarion.

Cavalli, Alessandro (1995). "Prolonging youth in Italy: being in no hurry", em Alessandro Cavalli e Olivier Galland (orgs.), *Youth in Europe*, cap. 2. Londres: Pinter, pp. 24-32.

Guerreiro, Maria das Dores; Abrantes, Pedro (2007). *Transições Incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no emprego.

Giddens, Anthony (1999). *Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.

Giddens, Anthony (2001). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.

Kovács, Ilona (2004). "Emprego flexível em Portugal". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº12, pp.32-67.

Pais, José Machado (1996). *Jovens de Hoje e de Aqui (Jovens do aqui e agora)*. CML, Loures.

Rebelo, Glória (2002). Para uma tipologia da precariedade da atividade laboral, *Organizações e Trabalho*, nº28. Lisboa: APSIOT, pp.69-85.

Roche, Jeremy e Tucker, Stanley (1997). *Youth in Society: Contemporary Theory, policy and practice*. London: Sage.

Sennet, Richard (1999). *A Corrosão do Caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.